

Hábitos e Rotinas Organizacionais: Caminhos para aproximação entre a Teoria Institucionalista e a Teoria Evolucionária Neo-Schumpeteriana

Habits and Organizational Routines: Paths for approximation between the Institutional Theory and the Neo-Schumpeterian Evolutionary Theory

José Francisco Oliveira de Amorim¹

Octavio Augusto Camargo Conceição²

Resumo

O presente paper busca realizar um debate sobre as contribuições da Teoria Institucionalistas e da Teoria Evolucionária Neo-Schumpeteriana, e os caminhos para aproximação entre ambas e suas contribuições para o Crescimento Econômico. Para os Institucionalistas, o hábito é reconhecido como uma tendência ou mais precisamente uma inclinação a determinado comportamento do indivíduo, sendo moldado pelo ambiente e transmitido de forma cultural aos demais. Veblen (1898; 1899) assinala que os instintos são fundamentais, pois contribuem para desencadear mudanças nos hábitos, nas instituições e por fim no sistema com um todo, alterando todo o desempenho. Por outro lado, os evolucionários neo-schumpeterianos discutem como as rotinas organizacionais podem impactar na modificação de estruturas e criar trajetórias naturais de crescimento das firmas (NELSON & WINTER, 2005). A escola neo-schumpeteriana destaca como elementos chave a mudança técnica através das rotinas das firmas. Em contribuição, foram utilizados os trabalhos de Freeman (1995), Nelson (2005) e Zysman (1994). Desta forma, o debate busca contribuir com a discussão dessa aproximação entre as teorias e como os conceitos debatidos podem contribuir para o crescimento econômico.

Palavras-chave: Teoria Institucionalista. Teoria Evolucionária Neo-Schumpeteriana. Hábitos. Rotinas. Crescimento Econômico.

Abstract

This paper seeks to debate the contributions of Institutional Theory and Neo-Schumpeterian Evolutionary Theory, and the paths for bringing them closer together and their contributions to Economic Growth. For Institutionalists, habit is recognized as a tendency or, more precisely, an inclination towards a certain behavior of the individual, being shaped by the environment and culturally transmitted to others. Veblen (1898; 1899) points out that instincts are fundamental, as they contribute to triggering changes in habits, institutions and, finally, in the system as a whole, altering the entire performance. On the other hand, neo-Schumpeterian evolutionists discuss how organizational routines can impact the modification of structures and create natural growth trajectories for firms (NELSON & WINTER, 2005). The neo-Schumpeterian school highlights technical change through the routines of firms as key elements. As a contribution, the works of Freeman (1995), Nelson (2005) and Zysman (1994) were used. In this way, the debate seeks to contribute to the discussion of this approximation between theories and how the concepts discussed can contribute to economic growth..

Keywords: Institutional Theory. Neo-Schumpeterian Evolutionary Theory. Habits. Routines. Economic growth.

¹ Doutorando em Economia do Desenvolvimento (PPGE/UFRGS).

² Professor do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE/UFRGS).

1. Introdução

A Teoria Institucionalista surgiu como alternativa à noção de equilíbrio econômico defendido pelo *mainstream*, desenvolvendo um campo de análise fértil para os pesquisadores que buscam uma visão de mundo compatível com a incorporação dos hábitos, instintos e padrões de comportamento dos indivíduos, os quais, a partir de suas interações, estabelecem trajetórias não-deterministas, complexas e, por isso mesmo, incapazes de serem teoricamente previsíveis. Várias abordagens heterodoxas incorporam vários desses aspectos, como procedem as análises marxianas, keynesianas, pós-keynesianas e neo-schumpeterianas. O institucionalismo não se propõe a ser um somatório dessas abordagens, que, às vezes, pouco dialogam entre si, noutras, convergem substancialmente. O que procuraremos discutir é que o referido campo de análise contém especificidades, que as remetem ao estudo do pensamento de Thorstein Veblen, que, junto com John Commons e Wesley Mitchell, estabeleceram os cânones do *Original Institutional Economics* (OIE).

O que quer se enfatizar aqui é que as diferentes abordagens institucionais apontam para diferentes aspectos, que, invariavelmente, enfatizam a crítica a noção de equilíbrio defendida pelo *mainstream*. Essa crítica traz à tona uma visão diferenciada do processo de desenvolvimento econômico, que procuraremos dar conta ao longo desse texto.

Warren Samuels (1995), que foi um autor institucionalista norte-americano, falecido em 2011, aponta que o atual Institucionalismo, em sua versão moderna e herdeira do *OIE*, é complexo, diverso, e por isso mesmo extremamente rico. Incluiremos nessa agenda os estudos seguidores da contribuição de Veblen, Commons e Mitchell, mas também os avanços posteriores oriundos da contribuição designada Neo-Institucionalista. Essa designação não é consensual, mas pretende incorporar estudos institucionalistas críticos à Nova Economia Institucional, de Coase, Williamson e North, que avançaram substancialmente, a partir dos anos 70/80, cuja produção, em grande parte, foi publicada na *Journal of Economic Issues*.

Por outro lado, autores da Teoria Evolucionária Neo-Schumpeteriana, que, mesmo não sendo “institucionalistas, incorporam vários pontos de sua agenda original, discutem como as rotinas organizacionais podem impactar na modificação de estruturas e criar trajetórias naturais de crescimento das firmas, o que poderá contribuir com o crescimento dos setores devido à replicação de rotinas que deram certo. Como explicitaremos, esses pontos convergem com a perspectiva institucionalista moderna.

Ou seja, enquanto para os institucionalistas os hábitos exercem fundamental importância, pois ao ser reconhecidos como tendência para o comportamento dos indivíduos, podem modificar as estruturas institucionais, para os evolucionários, as rotinas organizacionais moldam o processo histórico e o padrão de aprendizagem das firmas, conhecimento e valores. Assim, hábitos e rotinas

representam um repertório de conhecimento que foram acumulados ao longo de anos, por isso, exercem importância para a análise social e econômica. Em outros termos, ambas as abordagens fornecem elementos para uma análise que transita da micro para a macro e vice-versa, em uma interação cumulativa que estabelece os arranjos institucionais, o *path-dependence* e/ou os paradigmas tecnológicos.

Para compreender o crescimento econômico sob a contribuição dos institucionalistas e evolucionários neo-schumpeterianos, com base em Nelson e Winter (1982), Freeman (1995), Nelson (1995), Nelson e Sampat (2001), deve-se levar em consideração as diferentes trajetórias das rotinas organizacionais e a modificação dos hábitos e das instituições. Afinal, rotinas, hábitos e habilidades transcendem a simples transformação de insumos, pois a relação no mundo real é complexa, dinâmica e evolutiva. Logo, à medida que os hábitos são socialmente compartilhados e enraizados – gerando novas instituições; as rotinas seguem um caminho de trajetória natural, dinâmica e evolutiva, promovem meios necessários para o estabelecimento de uma relação de crescimento a ser observada.

Com base nas presentes contribuições destacadas acima, o objetivo de análise do presente artigo consiste em: Analisar as contribuições da Teoria Institucionalista e da Teoria Neo-Schumpeteriana, sua aproximação e as contribuições para o crescimento econômico.

O artigo é dividido em cinco partes, incluindo a introdução. Na segunda parte temos o debate envolvendo a Teoria Institucional e suas contribuições; na terceira parte temos um debate envolvendo a mudança institucional e as três vertentes da teoria institucionalista; na quarta parte temos as contribuições da Teoria Institucionalista e da Teoria Evolucionária Neo-Schumpeteriana para o Crescimento Econômico, sendo discutidas as aproximações e como ambas as teoria contribuem para a análise de crescimento econômico na economia.

2. A Teoria Institucional e Suas Contribuições

A Teoria Institucional surge como uma alternativa construída dentro do capitalismo, não sendo necessário que o mesmo encontre um fim, abrindo um novo viés, uma nova trajetória de respostas para os problemas econômicos. A lógica debatida por Veblen em “*Why is Economics not an Evolutionary Science?*” surge como uma luz com a finalidade de quebrar a lógica obsoleta até então existente de pensar a economia.

Veblen (1898; 1899) apresenta a existência de um equívoco em pensar a economia de maneira não evolucionária, não é permitido pensar a economia pelo simples individualismo metodológico e ou mesmo pela não visão de evolução. Com isso, a Teoria Institucional proveniente das contribuições e críticas de Veblen, abre espaço para uma via de análise da Economia e fornece

ambiente fértil para análises contrárias ao *mainstream* e a ambientes previamente determinados que não permita, ou não fornecem espaço para evolução.

2.1. Veblen e o Caminho da Trajetória

O terreno preparado por Veblen contribui não apenas para análises econômicas, mas também sociais, logo, assume um caráter processual que se desdobra diante das interações postas em meio à própria sociedade. Em Veblen (1898; 1899) temos que o resultado das interações poderá modelar o futuro, neste sentido, as relações que ocorreram no passado promoveram mudanças significativas no presente, as relações do presente contribuirão para modelar um futuro satisfatório para a sociedade, tudo vai depender do vínculo construído entre as instituições, a sociedade e a economia.

Em continuidade, Veblen (1898; 1899) assinala que os instintos são fundamentais, pois contribuem para desencadear mudanças nos hábitos, nas instituições e por fim no sistema com um todo, alterando todo o desempenho. Com isso, toda a estrutura anterior é alterada, desta forma, os ambientes social e econômico são modificados.

Este argumento corresponde a um dos pontos da crítica feita pelos institucionalistas ao *mainstream*, pois não é o mercado que determina a alocação de recursos, mas a estrutura organizacional que possibilita tal feito, o mercado apenas cumpre sua função com base no que é estabelecido através das instituições, desta forma, a resposta está nas instituições.

Não se pode tomar a informação que existe uma estrutura pré-determinada, não podemos afirmar que existe um conjunto de relações que poderá ser previsto com base em uma função demonstrada de forma gráfica. Os indivíduos que participam de uma sociedade possuem escolhas, valores e instintos que guiam suas decisões, mesmo com renda iguais, isso não significa que o comportamento será o mesmo no mercado, pois os indivíduos são ativos e modificam seu comportamento, habilidades e conhecimento com o tempo (RUTHERFORD, 1998).

Contribuindo com essa discussão, as instituições são modificadas e evoluem de forma gradual com base nos acontecimento e mudança no comportamento do sistema, podendo ocorrer por conflitos, crises econômicas, ou outros aspectos que possam interferir e proporcionar mudanças no comportamento. A prosperidade é guiada com base nos caminhos desenvolvidos e modelados no passado, para os institucionalistas importa a trajetória criada e percorrida. Essa trajetória contribui para a formulação de políticas, estruturação de cadeias produtivas, de tecnologias para acompanhar o avanço social e econômico, novas regras e valores que possam ser remodelados.

O argumento apontado acima abre espaço para um conceito extremamente importante, o *path-dependence*, não é possível falar em mudança e não citar a dependência da trajetória, afinal, o

caminho trilhado até o momento só foi possível graças aos arranjos estabelecidos e o elemento que articula toda essa junção é a noção de instituição.

Desta forma, para a tradição institucionalista a história importa, o desenvolvimento das instituições no longo prazo poderá criar caminhos ideais, viabilizando distintas trajetórias para o crescimento.

3. A mudança Institucional e as Vertentes Institucionalistas

A Teoria Institucionalista apresenta diferentes abordagens que apontam para diferentes fatores, contudo, ambas enfatizam a crítica à noção de equilíbrio defendida pelo *mainstream* econômico. A Economia Institucionalista é dividida em três vertentes, das quais se faz a conhecer: o Institucionalismo Original – tendo como análise a importância das instituições, sendo as instituições resultado de um processo seletivo; a Nova Economia Institucional (NEI) – como análise o custo de transação; e o Neo-Institucionalismo – resgata o Institucionalismo de Veblen e a aproximação com o pensamento da teoria evolucionária de Nelson e Winter (1982), Dosi (1982; 1988).

3.1. O Institucionalismo Original

Possui como principais expoentes os autores Thorstein Veblen (1898; 1899), Wesley Mitchell (1910; 1984) e John Commons (1931), ambos contribuíram para que a Economia seja compreendida como um processo dinâmico. As instituições apresentam um papel extremamente importante, pois são fundamentais para o avanço da sociedade, tanto por aspectos formais como por aspectos informais, percebe-se a importância da cultura, das tradições e dos costumes como aspectos fundamentais, dito de outra forma dos hábitos e dos instintos dos indivíduos.

Em contribuição, temos importantes contribuições em Veblen (1919) e Veblen (1983), o autor evidencia o papel dos hábitos e instintos dos indivíduos, o hábito é reconhecido como uma tendência ou mais precisamente uma inclinação a determinado comportamento do indivíduo, sendo este moldado pelo ambiente e transmitido de forma cultural aos demais. Assim, evidencia-se que o comportamento dos indivíduos é decorrente de um contexto processual e histórico do ambiente, dos hábitos e instintos anteriores. Para Hodgson (1992) as instituições são hábitos que foram estabelecidos por pensamentos comuns que foram generalizados pelos homens. O autor ainda aponta que os hábitos são consequência de processos de pensamentos que foram rotinizados e compartilhados por vários indivíduos dentro da sociedade.

Ao considerar a importância da evolução das ações dos indivíduos, os institucionalistas criticam o sentido mecanicista atribuído aos indivíduos, os fatores a-históricos e as características abstratas presentes nas análises econômicas do *mainstream*. Em função dessa evolução, o aparato institucional existente passa a ser resultado de padrões que foram generalizados no passado, que

sofreram alterações motivadas pelo ambiente, por forças econômicas, políticas e sociais, fruto de um processo de seletivo e adaptativo que modelam as atitudes e aptidões dos indivíduos e da sociedade.

Em continuidade, Viana e Waquil (2020, p. 55) os autores destacam sobre os hábitos que estes “determinam as escolhas, que por sua vez, materializam uma rotina de ações, que repetidas e generalizadas, dão forma às instituições.” Em função das condutas desenvolvidas, passa a existir um comportamento de transformação que levará a um caráter evolutivo, desta forma, percebe-se a influencia do pensamento darwinista, que aparentemente marcou os escritos de Veblen.

3.2. A Nova Economia Institucional e os Custos de Transação

Possui como principais expoentes Ronald Coase (1937), Oliver Williamson (1985; 1993; 1995) e Douglass North (1990; 1991; 1994; 2005). Na visão de Dantas, Kertsnetzky e Prochnik (2013) “a empresa de Coase é uma hierarquia que economiza custos de transação”, pois a alocação de recursos passa a ser determinada de forma hierárquica, a partir de ordens emitidas pela própria empresa. Desta forma, ao invés de contratar autônomos para o desenvolvimento de uma tarefa, contratar trabalhadores mediante um contrato permite economizar, pois poderão desempenhar a função por um longo período de tempo, sem necessidade de negociar a cada mudança no mercado. Para Fiani (2013) Coase buscava definir a empresa que corresponda ao que ela deve ser no mundo real, e não uma simples abstração da realidade. Com isso, a NEI passa a apresentar sua crítica à teoria neoclássica no sentido de que a mesma considera apenas os custos de produção.

Em contribuição, Williamson (1985; 1995) visualiza os custos de transação como custos que transcendem os mercados, estes surgem como custos de organização do funcionamento dos mercados. Os autores reconhecem a importância dos estudos de Commons, porém discordam da análise de Veblen, conforme destacado por Williamson (1993; 1995).

A NEI preocupa-se com os aspectos microeconômicos, enfatizando uma abordagem diferente da tradicional, cuja finalidade é ‘superar’ a teoria microeconômica neoclássica por uma análise centrada na transação. Para a NEI as instituições determinam o desempenho/ performance econômica, essa informação torna-se presente em North (1991), o autor destaca que as instituições consistem em um conjunto de regras formais (leis, direitos de propriedade, constituições) e regras informais (costumes, tradições, cultura, códigos de conduta, etc), de forma direta, as instituições correspondem as regras do jogo (NORTH, 1991, pp. 97-98). As regras são definidas para restringir as ações dos indivíduos, estes respeitam as regras em função de possíveis punições que possam vir a sofrer. Entretanto, North (2005) avança na lógica de instituições como regras do jogo para a lógica de instituições na qual o aprendizado passa a ser compartilhado por membros da sociedade, na qual

as crenças e preferências são modificadas e moldam o desempenho das economias ao longo do tempo. Com isso, o resultado é derivado do processo de causação cumulativa fornecendo elementos necessários para a mudança e melhores desempenhos institucionais.

O caráter incremental presente em North (2005) enfatiza o papel do *path-dependence* com as instituições evoluindo a partir da cultura, da aprendizagem e de modelos mentais que determinam melhor desempenho econômico atingindo níveis econômicos diferentes.

3.3. O Neo-Institucionalismo e o Resgate de Institucionalismo Original

Os neo-institucionalistas retomaram a importância das ideias, conceitos e aspectos referentes ao Institucionalismo Original de Veblen, Commons e Mitchell, contudo, buscam alimentar-se da crescente pujança teórica da tradição evolucionária apresentada pelo surgimento e forças de tais abordagens. Para os neo-institucionalistas o mercado é apenas uma metáfora para as instituições que o formam, estruturam e operam por meio dele, conforme encontramos em Samuels (1995), desta forma, criticam a busca do neoclassicismo por soluções ótimas de equilíbrio.

Samuels (1995) destaca que o futuro da economia institucional reside em grande parte nas mãos de uma geração mais jovem que se identificaram com o institucionalismo original, estes autores desenvolvem seus trabalhos em finanças públicas, desenvolvimento econômico, economia ambiental, direito e economia, ciência comportamental, filosofia, feminismo e assim por diante, o que torna essa nova vertente transdisciplinar e eclética.

Os neo-institucionalistas lançam fortes críticas ao *mainstream*, devido a seus aspectos metodológicos. Em Hodgson (2003; 2006) encontramos algumas das críticas evidenciadas pelos neo-institucionalistas, das quais podemos destacar: i) os agentes econômicos são interdependentes (social, econômico e cultural), diferente do modelo neoclássico; ii) as instituições são responsáveis por desempenhar o papel de alocação de recursos no sistema econômico, com o Estado sendo um agente de suporte e não a existência de um poder autorregulador do mercado; iii) a vertente é multidisciplinar, indicando a importância do conhecimento em outras áreas, a citar sociologia, antropologia e psicologia; iv) a presença do conceito de *path-dependence*, ao destacar que a história importa e fornece uma compreensão de que a economia evolui, afinal, a economia no mundo real não pode ser tratada como simples relações de equilíbrios, pois existem incertezas, conflitos sociais e antagonismos econômicos, políticos e sociais e que não podem ser tratados como simples fórmulas matemáticas.

Por fim, evidencia-se uma aproximação entre o pensamento institucionalista e a teoria evolucionária. Hodgson (1998) cita a ênfase nos hábitos e instintos (lado institucionalista) e as rotinas (lado evolucionário). Assim, podemos ter pelo lado institucionalista as instituições, formadas por hábitos e instintos estabelecidos pelo pensamento comum que foram generalizados

pelos agentes econômicos (VEBLEN, 1914; HODGSON, 1992; HODGSON, 1998; LOPES, 2013) e pelo lado da teoria evolucionária, as rotinas e competências técnicas que podem influenciar nas escolhas estratégicas que passam a imitar ações anteriores, e podem utilizar do conhecimento adquirido para tentar solucionar problemas futuros com base na memória organizacional (NELSON & WINTER, 1982; DOSI & NELSON, 1994; NELSON & WINTER, 2002; MALERBA, 2002; NELSON, 2006; NELSON, 2008).

4. Normas, Valores, Cultura e Rotinas Organizacionais: Caminhos para aproximação entre a Teoria Institucionalista e a Teoria Evolucionária

O debate envolvendo o papel das instituições no contexto econômico não é novo, e nem devemos descartar a ação dos contextos cultural, econômico, histórico e político, vindo às instituições a surgirem como ferramentas fundamentais. Contudo, o debate deve levar em consideração que as instituições precisam ser visualizadas além das regras do jogo, com a atenção voltada para os hábitos, instintos, aprendizados, conhecimentos e dos próprios modelos mentais.

A aproximação entre as Teorias Institucionalistas e Evolucionária (neo-schumpeteriana) tem sido tema de debate frequente entre diversos trabalhos, além da necessidade de avanço no programa inicialmente debatido por Veblen. Podemos citar os trabalhos de Hodgson (1998) e Rutherford (1998) ao tratar sobre a necessidade de avanço na construção de economia evolucionária, o que permite a abertura de espaço entre os pesquisadores que buscam uma aproximação entre os conceitos postos em ambas as teorias; Felipe (2008) – demonstra que os autores neo-schumpeterianos mesmo não sendo institucionalistas incorporam o papel das instituições no arcabouço teórico, Lopes (2015) – o autor busca analisar o processo de desenvolvimento econômico, para isso o autor une elementos da teoria da regulação, do antigo institucionalismo de Veblen e da teoria evolucionária neoschumpeteriana. O autor ainda destaca que o desenvolvimento econômico venha a ocorrer em nível micro, embora seja determinado pelo progresso tecnológico e pelas inovações; Lacasa (2018) – propõe o debate envolvendo entre o Institucionalismo Original de Veblen e os neo-schumpeterianos; Viana e Waquil (2020) – reúne artigos que promove a discussão sobre conceitos da teoria institucionalista e teoria neoschumpeteriana, propondo a aplicação a estudos rurais.

Um aspecto a ser destacado refere-se ao papel das instituições, enquanto nas vertentes institucionalistas elas exercem um papel fundamental de análise, seja por hábitos e instintos, modelos mentais ou mesmo por regras do jogo, no arcabouço evolucionário temos sua importância como aspecto fundamental para a compreensão dos processos de crescimento e desenvolvimento econômico. Para isso, o desenvolvimento, a evolução das instituições e do ambiente institucional são destacados como condições necessárias para que ocorra o crescimento econômico. Seguindo

essa lógica, as tecnologias evoluem promovendo as firmas mais aptas a sobreviver ao novo ambiente institucional Nelson (1995) e Nelson e Winter (2005).

Em Nelson (1995) as instituições passam a resultar de um processo evolucionário, das mudanças ocorridas ao longo do tempo, contribuindo para a formação de diferentes características em momentos e locais (regiões e países), contextos econômicos, sociais e culturais diferentes, o que leva a considerar possíveis trajetórias dos sistemas econômicos, afinal, devemos considerar a particularidade local.

4.1. Fundamentos da Teoria Evolucionária, Paradigmas e Trajetórias Tecnológicas

Para Malerba (2002) as teorias evolucionárias destacam que o comportamento econômico da firma é relacionado com suas competências, e que ambas evoluem com o tempo durante sua participação na indústria. As competências são desenvolvidas de natureza tácita, são armazenadas, organizadas e aplicadas em um processo denominado por Nelson e Winter (2005) de rotinas.

As rotinas e as competências técnicas desenvolvidas pela firma influenciam no tipo de organização e no tipo de escolha estratégica a ser seguida. Em relação à teoria evolucionária, ainda podemos destacar a orientação de ações estratégicas de busca, o processo de busca seguido pela firma envolve uma combinação de elementos mercadológicos e das oportunidades presentes no mercado, para isso, são utilizadas regras práticas como Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) aliada à capacidade de atuação no mercado. Ao retomar o trabalho de Nelson e Winter (1977) e Nelson e Winter (1982), o avanço obtido pela firma passa a indicar para uma direção específica e particular, gerando uma trajetória natural com regularidade da evolução da tecnologia existente o que pode levar ao crescimento de firmas, devido à replicação do padrão adotado para o setor.

Para os evolucionários neo-schumpeterianos o conceito de rotina consiste em um repositório de conhecimentos, este repositório conserva as características produtivas e ações desenvolvidas pelas firmas, contudo. Contrário ao pensamento do *mainstream*, os autores evolucionários criticam e rejeitam a noção de comportamento maximizador, por isso, ao expor o conceito de rotinas eles a expõem como todos os padrões estabelecidos pelas firmas. Com base nos textos de Nelson e Winter (1982), Nelson (1996), podemos tratar as rotinas em três classes: rotinas de curto prazo – conjunto de ações definidas como as rotinas de operação; rotinas de médio prazo – vinculado ao aumento ou diminuição dos estoques de capital das firmas; rotinas de longo prazo – direcionadas ao processo de busca que poderá levar a aspectos que permitem a seleção no mercado, estas rotinas envolvem além das análises de mercado o processo de P&D.

Corroborando com o pensamento, Dosi e Nelson (1994) destacam que os modelos evolucionários envolvem um forte processo de incerteza, o que difere da análise tradicional, temos um processo de busca e descoberta de um lado – firma sempre estará procurando e buscando novos meios de

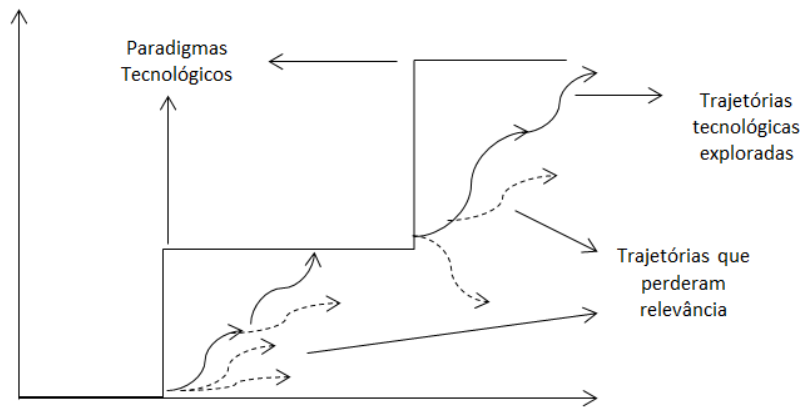
avançar; e de outro lado mecanismos de seleção – pelo lado do mercado. A interação dinâmica existente entre o processo de busca das firmas e o processo de seleção presente no mercado surgem como o coração da teoria evolucionária, pois a medida que a interação existente capta as trajetórias dinâmicas que ocorrem ao longo do tempo, devido aos desequilíbrios e incerteza, também explicam o processo de mudança tecnológica e definem as estruturas vigentes de mercado (Dosi e Nelson, 1994; Nelson e Winter, 2005).

Com base nos estudos de Dosi (1982), Dosi (1988) e Dijk (2002), as estratégias das firmas ocorrem sob influencia do denominado ‘paradigma tecnológico’, conforme Dosi (1988) as oportunidades são explorados ‘dentro’ do paradigma tecnológico vigente, todas as ações que ocorrem sob um paradigma tecnológico são específicas das tecnologias desenvolvidas, elaboradas pelos conhecimentos formal e informal.

A noção de paradigma tecnológico (DOSI, 1988; 1988) deriva do conceito de paradigma científico desenvolvido por Thomas Kuhn, em Dosi (1988) o autor destaca que a noção de paradigma tecnológico como um conjunto de procedimentos que norteiam o processo de investigação (de busca) que buscam resolver os problemas tecnológicos atuais. Dosi (1988, p. 9) enfatiza que “da forma paradigmática de conhecimento tecnológico é que as atividades inovativas são fortemente seletivas, focalizadas em direções muito precisas e cumulativas na aquisição de capacitações para a solução de problemas.” Em contribuição Nelson e Winter (1977), Dosi (1982) e Nelson e Winter (1982) definem que a trajetória tecnológica corresponde a atividades de progresso tecnológico ocorridas dentro de *trade-offs* econômicos e tecnológicos que são definidos pelo paradigma vigente. Desta forma, várias trajetórias tecnológicas podem ocorrer dentro de um paradigma.

Entretanto, algumas trajetórias deixam de exploradas, pois algumas atividades inovativas deixaram de ser exploradas e assim o conhecimento não continuou sendo acumulado, por isso, são trajetórias perdidas ou não exploradas (NELSON E WINTER,1982). Desta forma, as escolhas são condicionadas pelas escolhas feitas no passado, com isso, as firmas são dependentes de sua trajetória, ou melhor, as firmas encontram-se em uma situação de *path-dependence*.

Figura 01. Paradigmas e Trajetórias Tecnológicas



Fonte: Elaboração própria.

Com base nos modelos de evolucionários, as trajetórias contidas nos paradigmas transportam as ‘sementes’ que geram o processo de evolução das estratégias das firmas e das estruturas de mercado. Conforme Malerba e Orsenigo (1993) e Malerba e Orsenigo (1997), as ‘sementes’ identificam quais são as características exclusivas ao paradigma tecnológico vigente e reflete-se nas estratégias tecnológicas adotadas pelas empresas, com isso, favorecem o processo de mudança econômica a partir do progresso técnico e por fim o crescimento econômico, pois atuam em nível microeconômico e assim são replicados pelas firmas, corroborando com o modelo de Nelson e Winter (1982), Nelson (1996).

4.2. Instituições, Mudança Tecnológica e Crescimento: Uma Contribuição das Abordagens Institucionalista e da Teoria Evolucionária

A literatura sobre o processo de crescimento econômico é amplo, a teoria neoclássica possui forte participação no debate, Nelson e Winter (2005, p. 303) destacam que a teoria neoclássica “forneceu um modo de pensar a respeito dos fatores subjacentes ao crescimento econômico de longo prazo de setores individuais e da economia como um todo.” Aponta-se ainda a atenção para mudanças nas proporções dos fatores de produção e o foco na análise das relações e mudanças nos preços dos insumos utilizados na produção de bens e serviços.

Embora o conceito do progresso técnico tenha sido compreendido por Marx (1984, O Capital) como força motriz para o crescimento, Possas e Dweck (2011) destacam que a formalização sobre o processo de crescimento econômico foi originado a partir da publicação Keynes e sua Teoria Geral, o modelo de Harrod (1939) buscava explicar não apenas um simples ciclo, mas uma tendência de crescimento econômico. Contudo, foi através dos modelos de Solow (1956) e Swan (1956) que o campo neoclássico passou a exercer sua influência. O foco de análise deixou de ser a simples relação de ciclos para trajetórias de crescimento centrados em aspectos da oferta, para isso, foram utilizadas funções de produção agregadas.

Em Solow (1956) surge a primeira tentativa de explicar o fenômeno do crescimento econômico, embora a finalidade fosse demonstrar que as relações presentes no modelo de Harrod (1939) são válidas apenas em condições particulares. O modelo assume uma função de produção neoclássica tipo Cobb-Douglas, cuja finalidade é a representação do produto da economia. Solow considerou em seu modelo a presença de dois fatores de produção, capital e trabalho, e ambos são remunerados conforme a produtividade marginal. Solow (1956) assume que a taxa de poupança e o crescimento da população são apresentadas como exógenas, com as variáveis: taxa de poupança e crescimento da população determinando o nível de renda per capita em situação de longo prazo.

Embora os modelos de Solow (1956) e Swan (1956) tenham iniciado o debate, outros modelos como os de crescimento endógeno compartilham da mesma visão, com a demanda não possuindo relação com impacto na formação de trajetórias de longo prazo, sendo estas determinadas exclusivamente pela expansão dos fatores de produção via progresso técnico – exógenos ou endógenos (POSSAS & DWECK, 2011). Contudo, existem outras contribuições que discordam dessa corrente do *mainstream*, alguns trabalhos foram influenciados por Kalecki e Kaldor, buscando demonstrar que o crescimento econômico pode ocorrer pelo lado de demanda, conforme Bhaduri e Marglin (1990)³.

Em continuidade, Nelson e Winter (1982, p. 303) destacam que os modelos do *mainstream* apresentam fraquezas, pois fornece instrumental inadequado para a análise da mudança técnica. Os modelos neoclássicos são baseados em um simples instrumental teórico da microeconomia, de forma estática onde as firmas buscam maximizar seus lucros supondo que a economia ou o setor possam estar em equilíbrio. Outro ponto a ser destacado e criticado por institucionalista e evolucionários, refere-se a qualquer momento que seja dado sempre existirá um conjunto de escolhas a ser realizado.

Os autores institucionalistas e evolucionários neo-schumpeterianos, discordam dos pressupostos da ortodoxia. A partir da análise dos trabalhos de Veblen (1898; 1899; 1914), Hodgson (1993; 1998), Samuels (1995) e Rutherford (1998) temos que os elementos emergem da cumulatividade das ações e não de simples fatores dados, não existe estrutura pré-determinada, ou relações estabelecidas a partir de uma relação gráfica. Ambas as teorias abrem espaço para uma nova interpretação, a necessidade de uma abordagem evolucionária que permita analisar o Crescimento Econômico (NELSON & WINTER, 2005, p. 301).

³ Os autores apresentam os regimes de crescimento em wage-led – conduzido pelos salários gerando efeito positivo sobre o crescimento econômico; ou profit-led – regime de crescimento possibilitado em função dos lucros.

4.3. Uma crítica aos Modelos Neoclássicos: aproximação entre os institucionalistas e os neo-schumpeterianos

Considerando as contribuições dos autores, ambas criticam o individualismo metodológico do *mainstream*, por tratar os indivíduos como independentes e com preferências simplistas que se aplicam a todos os indivíduos. O debate sobre o crescimento econômico sob as óticas das Teorias Institucionalistas e Evolucionária (neo-schumpeteriana) é focado em Nelson e Winter (1982), Dosi (1982; 1988), Nelson (1996), Freeman (1995), Freeman e Soete (1997).

Em seu estudo, Nelson (1995) promove avanços na abordagem evolucionária com visualização para o papel das instituições, mesmo que os novos modelos neoclássicos tenham incorporado o avanço tecnológico como aspecto endógeno, estes não conseguem reverter o caráter estático do tradicional. Ainda sobre a abordagem evolucionária, o crescimento econômico ocorre devido às mudanças nas estruturas institucionais e econômicas, motivadas pela cumulatividade do conhecimento, processo de rotinização e de mudanças no comportamento.

Assim como em Nelson e Winter (1982) o autor expôs que o desafio dos evolucionários é a construção de uma teoria do crescimento econômico que reconheça o avanço tecnológico, porém não necessite de um equilíbrio estável para isso. Ao analisar os trabalhos de Nelson e Winter (1982), Nelson (1995), Freeman (1995), Freeman e Soete (1997), Hodgson (1993; 1998), Samuels (1995), Rutherford (1998), podemos analisar que os modelos evolucionários de crescimento econômico funcionam a partir do reconhecimento de sucessivas inovações tecnológicas, ao gerar lucro e aumentar a formação do capital dentro dos setores, podem evoluir e afetar os termos macroeconômicos.

Corroborando com esse pensamento, a história importa, as ações desenvolvidas no hoje poderão influenciar no amanhã, as experiências vividas no passado criaram as tecnologias de hoje e as que serão utilizadas amanhã, conforme Nelson (2006). No que tange ao processo de transformação e crescimento econômico das economias nacionais, temos que em uma abordagem evolucionária e institucional a presença da história importa no sentido em que o desenvolvimento das Instituições, da Sociedade e do mercado passa a ser influenciada por ações cumulativas. Em contribuição a tal aspecto, Viana e Waquil (2020) destacam que o conceito de mudança torna-se importante em uma abordagem evolucionária, pois este é parte do processo econômico, pois o sistema encontra-se em constante evolução.

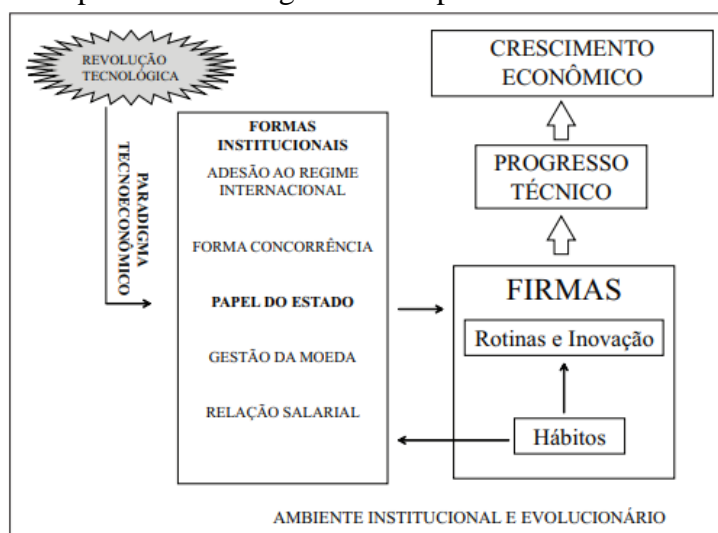
Em contribuição, no trabalho de Zysman (1994) encontramos uma forte contribuição nesse sentido, o autor destaca que as instituições, grupos e regras não têm origens primordialmente econômicas, mas nas instituições nacionais historicamente enraizadas que enquadram as escolhas dos indivíduos. Neste sentido, existem formas variadas de crescimentos capitalistas, os países possuem configurações diferentes e múltiplas, o desenvolvimento de um país, mercado ou mesmo

um comércio regional é diferenciada e possui origem em suas raízes históricas, culturais e econômicas. Com isso, os mercados não funcionam de forma independente das normas, das regras e ou mesmo dos valores, pois as instituições é que estabelecem e estruturam todo o processo de ação e comercialização.

De forma crítica a ortodoxia, North (1994) destaca que a mesma não consegue explicar o que leva as economias a apresentarem diferentes desempenhos ao longo do tempo, pois possuem limitações em sua forma de ver o mundo. A ortodoxia não reconhece aspectos importantes que ocorrem no mundo real, como: questões morais, étnicas, motivações religiosas e políticas, assim, deixam de compreender aspectos de causa e efeito. Mesmo apresentado teorias e explicações para o crescimento econômico, o *mainstream* não conseguiu explicar as disparidades no desempenho das economias, afinal, o comportamento humano é bem mais complexo do que aparenta ser.

A figura destacada do trabalho de Lopes (2015) expõem às contribuições de ambas as teorias: de um lado, instintos desencadeiam mudanças nos hábitos, nas instituições e por fim no sistema com um todo, com isso, toda a estrutura anterior é alterada, desta forma, os ambientes social e econômico são modificados, por outro lado, rotinas e as competências técnicas desenvolvidas pela firma influenciam no tipo de organização e no tipo de escolha estratégica a ser seguida. Embora a figura de Lopes (2015) destaque o paradigma tecno-econômico (Freeman e Perez, 1988), podemos identificar que o paradigma tecnológico de Dosi (1982; 1988) pode ser aplicado ao contexto.

Figura 02. Proposta de abordagem teórica para analisar o desenvolvimento



Fonte: Lopes, 2015

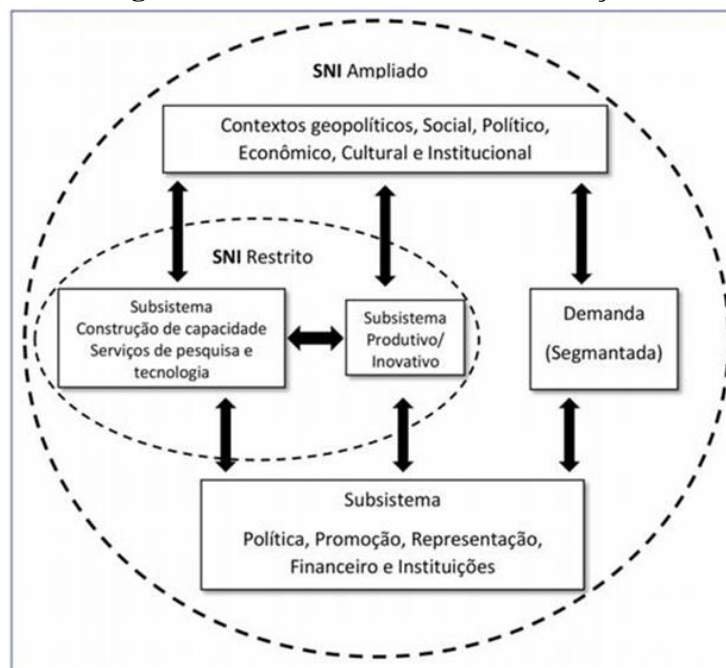
Em contribuição, temos em Zysman (1994) o debate é sobre como as instituições criam trajetórias de crescimento historicamente enraizadas, o autor destaca que a estrutura institucional das economias de mercado estabelecem padrões e induzem os comportamentos rotineiros das firmas e das ações do governo, e a variação das estruturas poderão contribuir para o desenvolvimento de distintas trajetórias. O autor ainda aborda sobre a particularidade de cada sociedade, as trajetórias

tecnológicas desenvolvidas por cada sociedade são particulares a essas sociedades. Assim, trajetórias que surgem em um país não podem ser copiadas facilmente por outros, aqui se encontra um ponto da crítica neo-institucionalista ao *mainstream* e também pode ser aplicada a Nova Economia Institucional (NEI).

Ainda no mesmo trabalho, Zysman (1994) defende que os processos de aprendizagem que impulsionam os mercados são moldados pelo local, pela estrutura particular de cada país. O investimento em determinada trajetória tecnológica torna menos possível ‘fugir’ em busca de novas alternativas, por isso que a história importa, a figura 01 do artigo em tela expõe bem essa relação, enquanto algumas trajetórias perdem a relevância e deixam de ser exploradas, outras trajetórias passam a ser guiadas pela cumulatividade.

Seguindo o pensamento, o autor ainda destaca que os mercados nacionais, as rotinas políticas e os sistemas nacionais de instituições não existem de forma isolada, mas se conectam. Essa lógica se conecta com as contribuições de Freeman (1995) sobre o conceito de Sistema Nacional de Inovação, este consiste em um arranjo institucional que envolve uma multiplicidade de agentes.

Figura 03. Sistema Nacional de Inovação.



Fonte: Silveira *et. al.*, 2016.

Para Freeman (1995) o arranjo institucional pode envolver um conjunto de agentes dos quais podemos citar: i) firmas e as redes de cooperação e interação entre os agentes; ii) Universidades, Institutos de Pesquisa e Instituições de Ensino; iii) Instituições de Pesquisa e Laboratórios; iv) Sistemas Legais (leis, decretos, e outros aspectos legais); v) Mecanismos e Instituições de Coordenação; vi) Sistema Financeiro e Agências de Fomento e Desenvolvimento; vii) Governos locais e regionais; viii) Mecanismos de mercado e de seleção de mercado; ix) Incubadora de

empresas. Os agentes públicos e privados se articulam e interagem entre si adotando, importando, modificando e difundindo novas tecnologias, para isso, o aprendizado e a inovação gerada são aspectos cruciais.

As instituições nacionais devem acompanhar a história e não ser escolhidas de forma racional. Com base em Zysman (1994) as condições históricas é que desenham os sistemas nacionais e as trajetórias tecnológicas de cada país. Os agentes dentro do sistema poderão ser modificados ou adaptados a novas realidades que possam surgir, os agentes estão em plena movimentação não sendo necessário o estabelecimento de equilíbrios.

Por fim, Lopes (2013, p. 631-632) apresenta um esquema institucionalista de crescimento a partir de Veblen, e destaca o seguinte aspecto sobre o crescimento econômico:

o crescimento econômico aparece como dependente da ação dos agentes e das instituições, que ganham consistência a partir dos hábitos mentais. Estes afetam e são afetados pelas crenças e pela deliberação, levando a comportamentos que, junto com o marco institucional, são a chave para a compreensão da mudança e do crescimento econômico.

Devido a isso, tanto os instintos que desencadeiam mudanças nos hábitos, nas instituições e no sistema com um todo, alterando todo o desempenho, como as rotinas de curto, médio e longo prazo que formam trajetórias naturais de crescimento são importantes para explicar o fenômeno de crescimento a partir do nível microeconômico sem a necessidade de prender-se a aspectos da teoria neoclássica. Desta forma, os conceitos apontam proximidade de relação, pois representam um repositório de conhecimentos que poderão possibilitar as denominadas mudanças nas estruturas e institucionais. Assim, verifica-se a presença de características evolucionárias e dinâmicas que permitem modificar as estruturas econômicas, sociais e políticas.

5. Considerações Finais

As teorias institucionalistas e evolucionária neo-schumpeteriana convergem em alguns aspectos e críticas ao modelo tradicional de análise da economia. Surge a necessidade de compreender a dinâmica que poderá possibilitar a mudança institucional e das estruturas de mercado. Podemos destacar algumas afinidades entre as teorias aqui discutidas: i) as ações humanas devem ser entendidas como o compartilhamento de interações humanas, hábitos, conhecimentos e instintos; ii) rejeitam a visão simplista da teoria neoclássica e a maximização como forma de caracterizar os indivíduos; iii) rejeitam a visão de comportamento previsto a partir de análise; iv) rejeitam que os agentes econômicos são dados e que não poderão modificar a relação inicial; v) possuem interesse em compreender como o desempenho econômico pode ser diferente entre diferentes localidades e países ao longo do tempo.

Mesmo que os evolucionários neo-schumpeterianos não apresentem as instituições como peça central de análise, eles destacam a importância das instituições no processo de capacitação das

firmas. As trajetórias tecnológicas são dependentes do ambiente e das estruturas postas e em modificação, embora dependa de características nacionais particulares. As instituições podem ser modificadas, adaptadas a novas realidades ou ser extintas, tudo irá depender do caminho e da trajetória percorrida. Entretanto, as modificações não devem ser realizadas de cima para baixo, não são as 'regras do jogo' que permitem a evolução, mas os agentes devem alterar as suas crenças, suas habilidades e seu hábitos para que ocorra uma real modificação e adaptação das instituições. Da mesma forma, as firmas devem alterar suas rotinas organizacionais (curto, médio e longo prazo) para que assim seja desenvolvida uma trajetória natural de crescimento, com isso, modificações poderão ocorrer nas estruturas de mercado e nos aspectos institucionais.

Desta forma, ao considerar os estudos de autores institucionalistas e evolucionários neoschumpeterianos, percebe-se que ambas as teorias além de rejeitar os pressupostos neoclássicos, destacam que em um ambiente social e econômico real, podem ser desenvolvidas novas trajetórias tecnológicas que permitam o crescimento econômico a partir de um nível microeconômico como sugerem os autores analisados no presente artigo.

Referências

- BHADURI, A.; MARGLIN, S. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. **Cambridge Journal of Economics**, v. 14, n. 4, p. 375-393, 1990.
- BURLAMAQUI, Leonardo. Castro, Ana Celia. Chang, Ha-Joon. **Institutions and the Role of the State.** ' Northampton, MA, USA, New Horizons In Institutional and Evolutionary Economics, 2000.
- COASE. Ronald. H. "The nature of the firm". **Economica**, New Series, vol. 4. n. 16. nov.: 386-05, 1937.
- COMMONS, John R. Institutional Economics. **American Economic Review**, vol. 21, pp. 648-657, 1931.
- DANTAS, Alexis.; KERTSNETZKY, Jacques.; PROCHNIK, Victor. Empresa, indústria e mercados. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.) **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 15-24.
- DIJK, Machiel van. Technological Change and the Dynamics of Industries. **Theoretical Issues and Empirical Evidence from Dutch Manufacturing**. Amsterdam, Netherlands. Editora Elsevier, 2002.
- DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, n. 11, p. 147-162, 1982.
- DOSI, G. Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation. **Journal of economic literature**, p. 1120-1171, 1988.
- DOSI, G.; NELSON, R. R. An introduction to evolutionary theories in economics. **Journal of evolutionary economics**, v. 4, n. 3, p. 153-172, 1994.

FELIPE, E.S. Instituições e mudanças institucionais numa ótica evolucionária: uma abordagem a partir dos conceitos e da metodologia neo-schumpeteriana. Vitória, ES. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

FIANI, Ronaldo. Teoria dos Custos de transação. In: KUPFER, David. HASENCLEVER, Lia. **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 171-181.

FREEMAN, C; PEREZ, C. Structural crisis of adjustment: business cycles and investment behavior. In: DOSI, G. et al. (Editors). **Technical change and economic theory**. London: Pinter Publisher, 1988, p. 38-66.

FREEMAN, Chris.; SOETE, Luc. **A Economia da Inovação Industrial**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2005.

FREEMAN, Chris. The national system of innovation in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 19, n. 1, p. 5-24, 1995.

HARROD, Roy F. An essay in dynamic theory. **The Economic Journal**, Mar, 1939.

HODGSON, Geoffrey M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.

HODGSON, Geoffrey M. Institutional Economics: Surveying the ‘old’ and the ‘new’. **Metroeconomica**, v. 44, n.1, p. 1-28, 1993.

HODGSON, Geoffrey M. The Approach of Institutional Economics. **Cambridge Journal of Economic Literature**, Vol. 36, No. 1, pp. 166-192, 1998.

HODGSON, G.M. The hidden persuaders: institutions and choice in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, 27(2):159-175, 2003.

HODGSON, G.M. What Are Institutions? **Journal of Economic Issues**, 40(1):1-25, 2006.

LACASA, Iciar Dominguez. Technology and Institutions in neo-Schumpeterian and Original Institutional Thinking. Paper to be presented at the ASSA 2018, **Association for Evolutionary Economics Philadelphia**, PA on January 5-7, 2018.

LOPES, Herton Castiglioni. instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein veblen e douglass north. **Revista de Economia Política**, vol . 33, nº 4 (133), pp . 619-637, 2013.

LOPES, Herton Castiglioni. O desenvolvimento econômico: uma proposta de abordagem teórica evolucionária e institucionalista. **Estud. Econ.**, São Paulo, vol.45, n.2, p.377-400, 2015.

MALERBA, F. Sectoral system of innovation and production. **Research Policy**, v.31, p.247-264, 2002.

MARGLIN, S. A.; BHADURI, A. Profit squeeze and Keynesian theory. In: Marglin, S. A.; Schor, J. B. (Ed.). The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience. **Oxford: Oxford University Press**, 1990, p. 153-186.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. O Processo de Produção do Capital. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1984.

MITCHELL, Wesley C. The Rationality of Economic Activity: I. **Journal of Political Economy**. Vol. 18, No. 2,), p. 97-113, 1910.

MITCHELL, Wesley C. The Rationality of Economic Activity: II. **Journal of Political Economy**. Vol. 18, No. 2), p. 97-113, 1910.

MITCHELL, W. C. **Os ciclos econômicos e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NELSON, R.R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**, 33(1):48-90, 1995.

NELSON, Richard R. **As fontes do Crescimento Econômico**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2005.

NELSON, Richard R. Economic Development from the perspective of evolutionary economic theory. **Working Papers in Technology governance and economic dynamics**, 2006.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. In search of useful theory of innovation. **Research Policy**, Elsevier, vol. 6(1), p. 36-76, 1977.

NELSON, R. R.; DOSI, G. An introduction to evolutionary theories in economics. **Journal of evolutionary economics**, v. 4, n. 3, p. 153-172, 1994.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. An evolutionary theory of economic change. **Cambridge, Belknap Press**, 1982.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. **Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2005.

NELSON, R. R. What enables rapid economic progress: What are the needed institutions? **Research policy**, v. 37, n. 1, p. 1-11, 2008.

NELSON, R. R.; SAMPAT, B. N. Making sense of institutions as a factor shaping economic performance. **Revista de Economía Institucional**, v. 3, n. 5, p. 17-51, 2001.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives** v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NORTH, Douglass C. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-68, 1994.

NORTH, Douglass C. **Institutional Change: A Framework of Analyses**. University Library of Munich, Germany, revised 14 Dec. 1994.

NORTH, Douglass C. **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

POSSAS, Mario Luiz. Esther DWECK, Esther. Crescimento econômico num modelo micro-macrodinâmico de simulação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1 (41), p. 1-31, 2011.

RUTHERFORD, Malcolm. Veblen's Evolutionary Programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**. V. 22, p. 463-477, 1998.

SAMUELS, Warren J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, p. 569-590, 1995.

SILVEIRA, Aline Dario. CARVALHO, Andriele De Prá. KUNZLER, Marli Teresinha.

CAVALCANTE, Marcia Beatriz. CUNHA, Sieglinde Kindl da. Análise do Sistema Nacional de Inovação no setor de energia na perspectiva das políticas públicas brasileiras. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, Edição Especial, Rio de Janeiro, p. 506-526, 2016.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, 1956.

SWAN, T. W. Economic Growth and Capital Accumulation. **The Economic Record**, 1956, vol. 32, issue 2, 334-361, 1956.

VIANA, João Garibaldi Almeida. WAQUIL, Paulo Dabdab. INSTITUIÇÕES E A ECONOMIA RURAL: elementos analíticos a partir do Institucionalismo Evolucionário. In.: (Org.) VIANA, João Garibaldi Almeida. WAQUIL, Paulo Dabdab. INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais. Curitiba: CRV, 2020, p. 43-63.

VEBLEN, Thorstein. Why is Economics not an Evolutionary Science? **The Quarterly Journal of Economics**. Vol. 12, No. 4, p. 373-397, 1898.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

VEBLEN, Thorstein. **The instinct of workmanship and the state of the industrial arts**. New York: The Macmillan Company, 1914.

VEBLEN, Thorstein. **The place of science in modern civilization**. New York: B. W. Huebsch, 1919.

WILLIAMSON, Oliver E. The economic institutions of capitalism. **New York: Free Press**, 1985.

WILLIAMSON, Oliver E. Transaction cost economics and organization theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.

WILLIAMSON, Oliver E. Hierarquies, markets and power in the economy: an economic perspective. **Industrial and Corporate Change**, v. 4, n. 1, p. 21-49, 1995.

ZYSMAN, John. How Institutions Create Historically Rooted Trajectories of Growth. **Industrial and Corporate Change**. v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.